



NOVIDADES LEGISLATIVAS



Comissão de Trabalho debate o processo de revisão das Normas Regulamentadoras

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realizou audiência pública hoje para debater o processo de revisão das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho, que está sendo realizado pela Secretaria Especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia.

Estiveram presentes, entre outros:

- ✓ **Fernando Gallego**, representante do da Secretaria Especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia;
- ✓ **Carlos Fernando Filho**, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT);
- ✓ **Luciana Conforti**, representante da ANAMATRA;
- ✓ **Lourenço Righetti**, representante da ABIMAQ.

Fernando Gallego fez uma contextualização do histórico das NRs no país, concluindo que, por terem sido confeccionadas e revisadas em tempos e por grupos distintos, há a necessidade de serem harmonizadas.

Afirmou, ainda, que os grupos de revisão são técnicos e que há possibilidade de participação social por meio de consultas públicas.

O representante da ABIMAQ, Lourenço Righetti, focou sua apresentação na alteração recente da NR 12. De acordo com seu entendimento, houve grande avanço na alteração da norma. A nova norma permite que o fabricante busque informações em normas nacionais vigentes (ABNT), o que amplia as possibilidades aos projetistas.

Destacou que as alterações foram benéficas pela facilitação, desburocratização, simplificação, contudo, sem retirar os aspectos de saúde e segurança no trabalho. Também afirmou que, antes das alterações, as máquinas destinadas à exportação necessitavam seguir outras normas, o que dificultava o processo de produção e aumentava custos.

Carlos Fernando, do SINAIT, afirmou que as alterações propostas nas normas regulamentadoras fazem parte de um processo de desmonte. De acordo com seu entendimento,



afrouxar as Normas Regulamentadoras e as possibilidades de sanções decorrentes do descumprimento irá aumentar o número de acidentes de trabalho.

Criticou o processo de revisão das normas, afirmando que o debate foi transferido de instâncias técnicas para áreas políticas. Também destacou que a fiscalização do trabalho autua apenas pequena parcela de itens de SST verificados.

Luciana Paula Conforti, representante da ANAMATRA, destacou que a preocupação no tocante à revisão deve ser com a preservação da vida e não somente com desburocratização e competitividade.

Afirmou que os números de acidentes no país ainda são muito altos e o Brasil fica atrás apenas de China, Índia e Indonésia. Além disso, o alto nível de acidentes causa grande impacto na previdência social. De acordo com seu entendimento, a desregulamentação não traz segurança jurídica.

A reunião ocorreu a requerimento do dep. Túlio Gadelha (PDT/PE) e também contou com a presença do dep. Bohn Gass (PT/RS) e Érika Kokay (PT/DF) e prof. Marcivânia (PCdoB/AP). Foi unânime entre os parlamentares presentes que as alterações feitas nas Normas Regulamentadoras seriam um retrocesso e deixariam os trabalhadores desprotegidos, aumentando o número de acidentes de trabalho.

Como encaminhamento da reunião, os parlamentares informaram da intenção de criar uma subcomissão no âmbito da CTASP de acompanhamento da revisão das NRs.

A dep. Marcivânia, presidente da comissão, endossou a sugestão de criação da subcomissão e encerrou a reunião.